

ANAIS DO
IV SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo PROF. EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA

COLONIZAÇÃO E
MIGRAÇÃO

XXXI

Coleção de *Revista de História* sob
a direção do Prof. Eurípedes
Simões de Paula.



São Paulo
1969

A COLONIZAÇÃO JUDAICA MODERNA NA PALESTINA (*).

JAIME PINSKY

Professor de História Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (SP).

A grande diáspora judaica começou no ano 70 (1) quando Tito, comandando legiões romanas, ocupou Jerusalém, espalhando seus habitantes pelo já então vasto Império Romano.

Durante séculos os judeus permaneceram dispersos pelo mundo, substituindo um país pelo outro, logo que as perseguições atingiam um ponto intolerável. Viveram na Alexandria cosmopolita, na Península Ibérica muçulmana, na Holanda comerciante, na França, na Rússia, na Polônia... Ao fim das orações, auguravam-se, saudosamente, encontrar-se “o ano vindouro em Jerusalém”. Era o sionismo messiânico, aquele que aceitaria por um milagre a devolução da Palestina aos judeus, mas não estudava a maneira objetiva de concretizar o sonho.

Sòmente no século XIX foram esboçadas as primeiras tentativas de colonização agrícola judaica na Palestina. Elas restringiram-se, porém, a iniciativas isoladas, como a de Moisés Montefiore que em 1841 comprava uma plantação de laranjas e logo depois construía um nôvo bairro em Jerusalém (2).

Muito tempo passaria ainda antes que surgisse o sionismo político. Experiências inúmeras seriam realizadas para que o movimento de colonização judaica na Palestina tivesse êxito. O ceticismo era desde logo muito grande, argumentando-se que

“na História tôda a colonização tem sido realizada por um país, uma Pátria que envia colonizadores” ... “Pode esperar-se que o povo judeu, carente de Pátria, colonize a Palestina?” (3).

(*) . — Comunicação apresentada na 5ª sessão de estudos, no dia 6 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

- (1). — Antes dessa, houve a diáspora provocada por Nabucodonosor que, após vencer os judeus em 586 a.C., deportou-os para diversas regiões do Império Babilônico.
- (2). — Margulics (Marcos), *Israel, Estudo sôbre o nascimento de uma Nação*, in “Anhembí” São Paulo, ano XI (nº 124) março de 1961, p. 39.
- (3). — Baron (Salo), *Segundo y Tercer Estados, Paralelos y Diferencias*. In Davis (Móshe), *Israel en la Civilizacion Moderna*. Buenos Aires, Editorial Candelabro, 1961, p. 75.

A resposta dentro da História poderia ser fornecida pelos dois primeiros Estados judeus: o primeiro organizado por exilados do Egito; o segundo, pelos judeus babilônicos, libertados por Ciro e liderados por Esdras. Mas, para a concretização do terceiro Estado judeu, o atual, seriam necessárias seis ondas migratórias que vamos, sucintamente, estudar.

1. — PRIMEIRA ONDA IMIGRATÓRIA (1882-1896).

Em 1881 foram desencadeados uma série de *pogroms* na Rússia. Logo após a morte de Alexandre I. Essas perseguições funcionaram como alavanca para recordar aos judeus a existência da Palestina. Em 1882 partiu para lá o primeiro grupo de jovens, composto de treze rapazes e uma moça. Logo depois uniram-se a êste grupo pioneiro mais algumas dezenas de estudantes secundários e universitários. Embora idealistas, na acepção mais romântica da palavra, tinham objetivos concretos: pretendiam encontrar, não o refúgio onde pudessem estudar e rezar sem serem molestados ou descansar depois de mortos em solo sagrado (o que era o objetivo dos religiosos que para lá se dirigiam) mas construir, na Palestina, uma casa para a sua e as demais gerações.

Para que se possa ter bem uma idéia das condições materiais de que dispunham, atente-se para a seguinte passagem:

“Um integrante do grupo narra em seu diário que num determinado momento ficaram sem recursos, ou melhor, com dez francos para as catorze pessoas que formavam o grupo. E, visto que entre êles havia fumantes, estourou uma discussão que durou tôda a noite, acêrca de gastar-se as últimas moedas em tabaco ou em pão. Finalmente os fumantes se impuseram e o grupo ficou sem comer. Foi assim que negociaram os pioneiros de Israel com o Sultão do Império Otomano, para adquirir os direitos de estabelecer-se na Palestina” (4).

A despeito de tôda essa falta de base no real, a primeira onda imigratória tinha uma das características que iriam marcar todo o movimento nacional judaico: buscavam a Palestina, não para morrer e sim pra viver, com a consciência de que só à base da lavoura era possível constituir uma comunidade produtiva, ponto de partida para uma renovação, em nível de povo e de classe, que dezenove séculos haviam ensinado ser necessária.

(4). — Tsur (Jacob), *El Sionismo, Movimiento de Liberación Nacional*. Jerusalém, 1965, p. 22.

Com pouco mais que o puro idealismo e contando com auxílio de pequeno agrupamento de jovens de Jerusalém, os pioneiros fundaram, entre outras, as seguintes colônias:

em 1882 — Rishon Letzion e Ness Tziona; localizadas quase à beira mar.

em 1883 — Zichron Isaacov (no vale do Sharon) e Rosh Piná (na Galiléia).

em 1884 — Guedera.

em 1890 — Mishmar Hayarden (no vale do Jordão).

Cumprir notar que os nomes dessas colônias são muito significativos, como, por exemplo, “O primeiro de Sião” (5), “O milagre de Sião”, “O Guardião do Jordão” e outros.

Ao fim de alguns anos, entretanto, a iniciativa beirava o fracasso. A maior parte desses colonizadores era constituída de estudantes que não tinham nenhum conhecimento do trabalho agrícola. Chegando ao país, defrontaram-se com problemas concretos, impossíveis de serem resolvidos por meio de *slogans* altissonantes. Havia falta de água em quase todo o país. A região do Hule, ao norte, era pantanosa, provocando doenças tropicais desconhecidas dos imigrantes. Não podiam contar com aqueles que já residiam no país, pois, além do grupo já citado, ou eram árabes sujeitos a um regime feudal de trabalho, ou judeus ortodoxos, desligados de problemas terrenos. Além disso, o domínio turco a quem a Palestina esteve sujeita de 1517 a 1917, longe de auxiliá-los, criava os maiores embaraços, pois temia uma modificação no panorama sócio-econômico do país e uma intervenção estrangeira.

Esta era a situação no final da década dos oitenta; a tentativa estava fadada ao fracasso se não surgissem elementos que pudessem modificar radicalmente o panorama.

O primeiro desses elementos foi o Barão Edmond de Rothchild, de tradicional família de banqueiros. O Barão destinou somas colossais tanto para investimentos nas colônias já existentes, como para compra de novos terrenos. Por outro lado, enviou especialistas em agricultura, notadamente em vinha. E, preocupado com a desorganização que campeava, enviou também administradores para os agrupamentos.

Outro dos elementos que influíram a favor da colonização, reafirmando tese sartreana (6), foram novas perseguições na Rússia.

(5). — Sião é uma colina de Jerusalém que se apresenta como símbolo e sinônimo da cidade e do país; daí vêm as palavras sionismo, sionista, etc.

(6). — “Longe de a experiência engendrar a noção de judeu, é esta, ao contrário, que ilumina a experiência: se o judeu não existisse, o antisemita inventá-lo-ia”. Sartre (Jean-Paul), *Reflexões sobre o racismo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro 1960, p. 9.

culminando com a expulsão dos judeus de Moscou. Criou-se logo um comitê judaico destinado à imigração em Odessa e o movimento avivou-se, alcançando o apogeu nos anos de 1890-1891.

Daquela época são as colônias de Beer-Tuvia e Metula, ambas fundadas em 1896. O sistema do Barão, organizado com tôda a boa vontade, começou, no entanto, a dar resultados os mais negativos. O ideal da colonização perdeu aquilo que tinha de nacional para se tornar um movimento patriarcal e filantrópico, para não dizer — e por que não? — colonialista. Esse tipo de empreendimento, se de um lado mostrou que a colonização de Israel pelos judeus era possível, demonstrou também não ser aquêle o método. O protecionismo de ricos, a burocratização da empresa, a agricultura quase que exclusivamente dedicada a um único produto (a uva), os preços artificialmente sustentados, não eram bases em que se pudesse estruturar uma economia duradoura.

A partir do momento em que o imigrante judeu deixou de ser um agricultor para se tornar um empresário, todo sentido do seu idealismo se perdeu. Além do estímulo espiritual que deixou de existir, surgiram dificuldades de ordem material para a imigração de novos grupos. O problema principal era o de mão-de-obra.

A mão-de-obra judaica podia ser considerada rara e inconstante pelo pequeno número de imigrantes e pela grande proporção daqueles que voltavam às suas terras natais, enquanto que a mão-de-obra árabe era abundante e estável. A mão-de-obra judaica era cara, ao contrário da árabe, pois o mínimo necessário ao imigrante europeu era mais que o máximo exigido pelo *felá*. A par de todos os movimentos sociais europeus, os judeus chegavam à Palestina portanto como bagagem uma consciência de classe muito elevada, o que não acontecia com o camponês árabe que nenhuma tradição de luta social tinha. Em termos de produção também o agricultor, proprietário de terras, preferia o árabe ao judeu pois aquêle, muito mais experimentado no tipo de lavoura desenvolvido, era um trabalhador bastante mais eficiente.

Assim, a fixação do imigrante ao solo dava-se apenas quando conseguisse ser proprietário, pois como trabalhador rural não encontraria condições de permanência no país. A continuar naquele ritmo o imigrante não passaria de uma espécie de *effendi* (7) judeu, identificado como elemento da classe dominante, divorciado tanto do seu povo como do lavrador árabe.

(7). — *Effendi* é o proprietário de terras, ao passo que o *felá* é o camponês que trabalha para êle.

2. — A SEGUNDA ONDA IMIGRATÓRIA.

A segunda onda imigratória que durou de 1905 a 1914 foi aquela que, corrigindo a situação anômala acima referida, deu características marcantes à colonização judaica da Palestina, além de fornecer líderes (como o ex-presidente Ben-Tzvi e o ex-primeiro ministro Ben Gurion) que até alguns anos atrás permaneciam à testa do Governo de Israel. Outra vez um *pogrom* foi responsável imediato: desta feita foram as perseguições de Kischinev, na Rússia, de 1903 a 1905. A frustrada revolução de 1905 e o populismo socialista moldaram êsse grupo de elementos das classes média e pobre, dentro de uma visão proletário-camponesa. Sua consciência de classe era fruto não apenas do pragmatismo como ainda de conclusões teóricas. Frustrados como revolucionários de 1905, atacados como judeus em sucessivos *pogroms*, deixaram de ser revolucionários judeus para, substantivando o adjetivo, constituírem-se em judeus revolucionários. Daí a força e a importância dessa segunda onda imigratória (8).

Emigrando para a Palestina, tinham opinião formada a respeito do problema de trabalho: êste deveria ser todo realizado por mãos judaicas, por duas razões: 1) — apenas dessa maneira haveria uma verdadeira obra de colonização; 2) — para criarem uma autêntica cultura judaica na Palestina teriam que estabelecer suas raízes no próprio solo.

Como conseqüência dêsses princípios concluíam pela extinção do trabalho assalariado. Reconheciam, porém, que êste não teria solução de continuidade enquanto permanecesse aquela estrutura agrária. E como percebessem que, havendo trabalho assalariado êsse seria executado por mãos árabes e a obra colonizadora não seria sedimentada, estudaram uma mudança de base que permitisse o trabalho da terra apenas pelo seu proprietário e familiares.

Felizmente para os emigrantes da segunda onda imigratória, uma entidade tinha aparecido em 1897: a Organização Sionista. Essa entidade, criada por inspiração de Theodor Herzl, viria dar condições materiais para que os imigrantes pudessem pôr em prática suas idéias.

Herzl, jornalista vienense, estruturou aquilo que deveria ser o “Estado Judeu” numa obra homônima. Afirmava sempre:

(8). — Não se creia, contudo, que tivesse chegado a ser, na Rússia, um movimento de massas. Não contou senão com 40 a 50 mil jovens, dentre os quais poloneses, lituanos e ucranianos. Grande número de judeus russos continuava tentando fingir a inexistência do problema, como se pode inferir pela obra auto-biográfica de Ehrenburg: Ehrenburg (Ilya), *Memoórias*, I vol. Rio, Civilização Brasileira, 1964.

“os judeus que quiserem terão o seu Estado” (9).

Discordava de qualquer colonização desordenada ou mesmo contrária ao governo mandatário. Sua meta era erguer na Palestina um lar nacional para o povo judeu que fôsse assegurado pelo direito público. Tentou, porisso, entrar em entendimento com a Turquia, país mandatário, enquanto eram criados, em 1889, um Banco (o Banco de Colonização Judaica) e um Fundo Especial para compra de terras na Palestina (o *Keren Kaiemet* de Israel).

A missão principal do Fundo era adquirir terras na Palestina para que, sendo propriedade de todo o povo judeu, não pudessem ser vendidas mas apenas arrendadas aos lavradores mediante determinada taxa. A intenção era a de estabelecer a socialização da propriedade agrícola, evitando especulações futuras e desvios de objetivos. Convém salientar que as verbas aplicadas nesse período da colonização eram muito menores que as anteriores. Em 1908, por exemplo, foram aplicadas 13.700 libras contra os milhões do banqueiro Rothchild, no período da primeira onda imigratória. Verbas pequenas não permitiam colônias grandes como aquelas dos primórdios da colonização. Mas êsses pequenos agrupamentos é que vieram a fornecer o padrão para o surgimento de dezenas de outros que iriam caracterizar a colonização judaica na Palestina.

Por causa de um conflito trabalhista, um grupo de camponeses pediu e obteve da Organização Sionista uma gleba de terreno onde instalaram a primeira *kvutzá* (10), Degania (1909). Sem se ater a pormenores a respeito de tal estabelecimento agrícola, convém notar que se êle foi imaginado a partir de um pensamento socialista, sua efetivação deu-se devido a uma necessidade pragmática em determinado momento da colonização.

Os princípios estabelecidos para a *kvutzá* foram os seguintes:

- 1) — não havia trabalho assalariado; 2) — o dinheiro não corria internamente; 3) — os dirigentes eram os próprios componentes do grupo; 4) — direitos iguais entre homens e mulheres; 5) — educação de responsabilidade da *kvutzá*.

Não foi sòmente êste tipo de colônia o desenvolvido naquele período. O surgimento de órgãos financeiros permitiu o desabrochar de granjas mistas, colônias de sociedades particulares e mesmo de um bairro inteiramente judeu que posteriormente viria a se constituir na mais populosa cidade de Israel: Tel-Aviv.

Também durante esta segunda onda imigratória é que uma língua hebraica foi estabelecida como sendo a da futura Nação. Ela viria desempenhar importante papel na integração dos imigrantes

(9). — Herzl (Theodor), *Estado Judeu*. S. 1., OSUB, 1947, p. 140.

(10). — Em hebraico, literalmente, *grupo*.

que, vindos de todos os cantos do mundo, falavam os mais diferentes idiomas (11).

Herzl havia sugerido que “cada um guardasse a sua língua”, acenando com o exemplo da Federação Suíça e argumentando que

“não podemos falar hebraico entre nós, pois quem de nós sabe bastante hebraico para pedir, nesta língua, um bilhete de estrada de ferro?” (12).

Entrementes, um jovem russo, Eliezer Ben Yeudá, decidira apenas falar e ensinar em hebraico. Modificou formas verbais, atualizou o vocabulário e, aos poucos, transformou uma língua adormecida em viva. Os imigrantes da segunda onda migratória adotaram-na e fizeram com que nela fôsem alfabetizados seus filhos.

A primeira Guerra Mundial trouxe inúmeras dificuldades ao movimento colonizador judaico. Sentindo-se no crepúsculo de sua glória, o Império Turco tomou medidas drásticas contra os judeus palestinos: evacuou os que se encontravam no litoral transportando-os para o interior; expulsou líderes; dificultou as comunicações. Enquanto que na Palestina a situação tornava-se cada vez mais difícil, líderes judaicos negociavam com os ingleses no sentido destes, uma vez ocupando o território que os turcos não mais podiam reter, encarassem com simpatia a questão do Estado Judeu. Isto realmente aconteceu quando no dia 2 de novembro de 1917 Sir Arthur James Balfour, Ministro de Relações Exteriores da Inglaterra enviou ao Barão Rothchild a seguinte carta: (13)

“2 de novembro de 1917.

Prezado Barão Rothchild.

E' com satisfação que transmito a V. Excia., em nome do Governo de Sua Majestade, a seguinte declaração de solidariedade para com as aspirações sionistas dos judeus, que foram submetidas e aprovadas pelo Gabinete:

“O Governo de Sua Majestade é favorável ao estabelecimento, na Palestina, de um Lar Nacional Judaico e com todo o empenho procurará alcançar este objetivo, sendo entendido que nada será feito no sentido de prejudicar os direitos civis e reli-

(11). — Além da língua de seus países de origem, os judeus, em muitos casos, falavam uma outra; dois exemplos: o *idish* baseado no alemão medieval, utilizado na Europa Ocidental e o *ladino*, espécie de espanhol, arcaico, falado principalmente pelos judeus da Turquia.

(12). — Herzl (Theodor), *op. cit.*, p. 128.

(13). — É sintomático que a Declaração tivesse sido dirigida ao Barão Rothchild. A Inglaterra via no milionário judeu o representante legal de seu povo embora, nessa época, o movimento sionista fôsse exclusivamente popular.

giosos das comunidades não judaicas na Palestina ou os direitos e *status* político usufruídos pelos judeus nos outros países". Solicito-lhe comunicar esta declaração à Federação Sionista. a....." (14).

Em dezembro de 1917 o General Allenby entrou em Jerusalém, iniciando o domínio inglês que duraria quarenta anos. De início a dominação inglesa, aguardada com ansiedade, foi favorável ao país, pois construiu estradas de rodagem e de ferro, facilitando o intercâmbio entre as diversas colônias. Depois, todavia, deixou de lado a Declaração Balfour e as aparências para realizar o seu jôgo imperialista, incentivando a rivalidade entre árabes e judeus.

Os ingleses, interessados no petróleo do Oriente Médio, queriam contar com os judeus aos quais consideravam ocidentais, seus semelhantes, sem desagradar os árabes das classes dominantes que lhes davam as concessões da exploração petrolífera. Interessavam-se, porisso mesmo em que árabes e judeus não mantivessem boas relações.

3. — A TERCEIRA ONDA IMIGRATÓRIA (1919-1923).

A rigor, esta poderia constituir-se como continuação da segunda, interrompida apenas pela Guerra Mundial. Faz-se, entretanto, a separação porque, além de haver uma guerra de grandes proporções entre elas, os componentes desta onda imigratória (num total de 25.000 — vinte e cinco mil) possuíam uma formação ideológica marcadamente esquerdista, além de terem tido em seus países de origem, um período de preparação agrícola. Uma vez na Palestina diferenciaram-se dos já radicados por uma posição política que os levou a uma definição partidária diversa; na prática, porém, tanto a meta como os meios foram os mesmos: a busca da realização nacional através do trabalho agrícola.

Com o aumento progressivo das colônias foram se fixando novos métodos de colonização. A Organização Sionista, através de suas entidades financeiras, apoiava apenas as comunidades fundadas na base do auto-trabalho. Não era permitida a contratação de forças de trabalho estrangeiras. O *Keren Kaiemet* arrendava as terras por uma taxa irrisória, além de financiar a compra de um equipamento mínimo, em condições muitíssimo vantajosas.

Aos poucos a *kvutzá*, que por definição não podia ter mais de quinze ou vinte membros (15) foi sendo considerada tacaña demais para as necessidades individuais e coletivas dos pioneiros. Percebia-

(14). — Tradução livre do fac-símile da carta.

(15). — Por membros entende-se os adultos com todos os direitos e deveres.

se que, além de não poderem acolher imigrantes em número suficiente, pequenos atritos poderiam resultar fatais para a sobrevivência do organismo. Daí surgir o *kibutz*, cuja diferença maior em relação à *kvutzá* é quantitativa e não qualitativa. O *kibutz*, pelo fato de ser mais amplo é mais auto-suficiente por permitir a existência, em seus quadros, de pessoas de diferentes ofícios, distintos da agricultura, indispensáveis a uma comunidade.

Outro modelo de estabelecimento agrícola fixado naquele tempo foi o *moshav*. Desde o início da colonização havia aqueles que não se amoldavam à vida em coletivo. Afirmavam que o *kibutz* ou a *kvutzá* tolhiam tanto a liberdade individual como a vida familiar. Esses trabalhadores fundaram cooperativas de pequenas lavouras onde cada um tinha direito de desenvolver suas próprias idéias e produzir para si. Havia, porém, grandes máquinas compradas pelos cooperados e utilizadas segundo rodízio pré-determinado. A venda da produção também era feita por uma administração central, que procurava, unificando os esforços, conseguir vantagens comuns. Havia ainda no *moshav* um código de ética que exigia auxílio mútuo em caso de necessidade.

Além desses sistemas estruturados pela Organização Sionista, subsistiam ainda as colônias particulares fundadas durante a primeira onda migratória. Essas colônias, ao contrário das demais, continuaram, enquanto puderam, a empregar o trabalho assalariado, particularmente o árabe.

4. — QUARTA ONDA IMIGRATÓRIA.

A quarta onda imigratória se estendeu de 1924 a 1931 e teve, quantitativamente, importância superior a qualquer das três anteriores: 65.000 (sessenta e cinco mil) judeus entraram na Palestina naqueles anos. Também esta foi provocada por fatos exteriores. O Governo dos Estados Unidos estabeleceu uma quota determinada para imigrantes de todos os países. Os judeus poloneses que, por razões de ordem econômica, estavam abandonando seu país com vistas ao El Dorado Americano, vendo baldadas suas expectativas, ouviram o aceno da longínqua Palestina e para lá partiram. Assim, além de poloneses, os componentes da quarta onda imigratória eram, em sua grande maioria, da classe média, atraídos muito mais pela cidade do que pelo campo. Mesmo os que foram trabalhar na lavoura fizeram-no por falta de alternativa e não por convicção ideológica, o que nos leva a constatar que a situação na Palestina já estava suficientemente boa para permitir a ida dos não-idealistas.

Verifique-se estes dados estatísticos a respeito da população de Tel-Aviv, não perdendo de vista a data-início da quarta onda imigratória (1924):

1914	—	1.419 habitantes
1922	—	13.000 habitantes
1925	—	40.000 habitantes (16).

É nessa época que surge grande número de casas comerciais, pequenas oficinas manufatureiras e ensaios de indústria pesada.

Seria injustiça deixar de verificar a importância dos componentes dessa quarta onda imigratória na agricultura que se fez evidente de duas maneiras: 1) — a laranja palestinese começava a ter importância no mercado mundial. Partiram, então, esses colonizadores, possuidores de algum capital — ao contrário daqueles anteriores — para a exploração dos cítricos em regiões ainda inexploradas como algumas à beira-mar, que se adaptavam perfeitamente àquele tipo de cultura; 2) — o mercado consumidor aumentou com o povoamento das cidades, permitindo uma especialização maior, assim como uma mecanização e produção racionalizadas.

Perto do final da década de 20 a situação estava excepcional, comparativamente a outras épocas. O Instituto de Pesquisas Agrícolas possuía estações e campos experimentais por todo o lado; os colonos recebiam um treinamento altamente científico; novas comunidades agrícolas surgiam em diferentes regiões do país, já agora não como frutos de um empirismo, mas de uma planificação racional; paralelamente, o Departamento de Colonização construía casas e demais instalações nas colônias de modo mais apurado e barato que anteriormente.

E' quando, em agosto de 1929, começam a tomar vulto os distúrbios árabes que lutavam em duas frentes: contra a potência mandatária e contra os sionistas.

Um autor israelita afirma que

“O despertar dos povos árabes que logo deviam constituir os Estados independentes do Oriente Médio, era em si um fenômeno histórico inevitável. A luta contra os judeus da Palestina, apesar disso, não era necessária e poder-se-ia chegar a um entendimento, não fôra pela ação dos políticos ocidentais que se serviam do fanatismo facilmente inflamável das massas árabes para seus objetivos de dominação política” (17).

(16). — Bain (Alexandre), *A colonização agrícola judaica em Eretz-Israel*. São Paulo, Keren Hayessod, 1952, p. 32.

(17). — Tsur (Jacob), *op. cit.*, p. 40.

Estudaremos, quando dos distúrbios de 1936-1939, com alguns detalhes, os problemas do choque árabe-judaico. Por enquanto basta, após situar as agitações em meados de 1929, lembrar a grande crise mundial que assolaria o mundo neste período, provocando sérias dificuldades para os colonizadores judeus, logo resolvidas com a vinda de novos imigrantes.

5. — A QUINTA ONDA IMIGRATÓRIA.

O grande motivador da quinta onda imigratória foi o golpe nazista que criaria situação insustentável para os judeus alemães e de outros países sob a influência das idéias hitleristas. Entre 1933 e 1939 trasladaram-se à Palestina cêrca de 240.000 (duzentos e quarenta mil) imigrantes. Dentre êles havia um bom número dos que participavam de organizações sionistas em seus países de origem e iam à Palestina conscientes de seu papel. Havia também um número muito grande de profissionais liberais, além de donos de capitais respeitáveis o que era devido, sem dúvida, ao alto padrão de desenvolvimento que a Alemanha havia alcançado em contraste com os países da Europa Oriental e à sociedade aberta oferecida aos judeus alemães em contraste com o *gueto* da Europa Oriental. Assim, os imigrantes da quinta onda desenvolveram o país de maneira extraordinária, fazendo com que êle depressa ultrapassasse a fase das conseqüências da crise de 29 e alcançasse uma nova éra de prosperidade. Nas cidades, as principais conseqüências foram as seguintes: 1) — perda da aparência de *shtetl* (18) para se assemelharem às modernas urbes européias; 2) — aparecimento de emprêsas industriais organizadas segundo os modelos europeus e dirigidas por competentes técnicos; 3) aumento da população urbana, principalmente de Tel-Aviv e Haifa, o que podemos verificar pelos dados abaixo:

	Tel-Aviv	Haifa
1931	46.000	54.000
1935	135.000	70.000
1943	167.000	90.000 (19).

Também nas aldeias a “imigração alemã” trouxe modificações marcantes: 1) — o plantio da laranja, obtendo sucesso, foi aumentado cada vez mais a exportação e consolidando a economia. Os dados estatísticos demonstram-no muito bem:

(18). — O *shtetl* era a cidadezinha da Europa Centro-Oriental, com forte influência judaica.

(19). — Bain (Alexandre), *op. cit.*, p. 37.

anos	milhões de caixas
1926-1927	2
1930-1931	2,5
1934-1935	7,5
1936-1937	10,8
1937-1938	11,5 (20).

2) — a irrigação artificial, obrigatória no país de tão poucas vertentes e com um período de sêca variável de 6 a 8 meses, desenvolveu-se também bastante com a quinta onda migratória. Simultaneamente, através de pesquisas bem orientadas, novos mananciais foram encontrados; 3) — com o aumento da população urbana o mercado consumidor aumentou mais ainda e a agricultura passou a se constituir num negócio lucrativo e não mais apenas em necessidade nacional.

Observe-se que o país, desta vez, estava melhor preparado para um contingente humano maciço: ao contrário dos componentes da quarta onda imigratória, os “alemães” foram recebidos num país organizado que lhes permitiu uma rápida integração e, em consequência, um maior rendimento. Uma colônia característica daquela época é Naharia, ao norte de Haifa, hoje cidade típica de colonização alemã.

Preocupados pela imigração de judeus cada vez maior, incitados pelo colonialismo inglês que atuava na base do “dividir para reinar”, apoiados pela classe dominante árabe que não via com bons olhos agrupamentos agrícolas estabelecidos com uma relação de trabalho subversiva (comparando com o seu sistema feudal) grupos árabes armaram-se e iniciaram um trabalho de solapamento das bases da colonização judaica na Palestina.

Um estudioso do assunto apresenta a seguinte explicação para essas perturbações:

“Ao transformar as dunas em plantações cítricas, os judeus modificavam, com o exemplo de seus êxitos, a atitude passiva e inerte do *felá* para com a realidade econômica que o cercava. O tracoma e a malária deixavam de se constituir fatores indispensáveis da vida. A cooperativa ia substituindo vantajosamente o usurário... 30% das crianças árabes freqüentavam escola em 1936 contra 15% em 1922 e 5% em 1917. Periclitava, pois, tódta a estrutura social, minada pelo sistema de trabalho e pela exploração racional do solo implantados pelos colonos sionistas” (21).

Com os ataques árabes a situação dos colonizadores judeus voltava a se modificar para pior. Lavradores tinham que abandonar os

(20). — *Id.*, *ibid.*, p. 38.

(21). — Margulies (Marcos), *op. cit.*, págs. 75-76.

campos para pegar em armas — ou fazer as duas cousas simultaneamente. Os ingleses, aliados à classe dominante nativa, esperavam atingir o seu objetivo: expulsar os judeus que começavam a prejudicar seus planos colonialistas. Mas, reconhece um autor árabe, “a guerra santa” árabe no que se refere à

“sabotagem do Lar Nacional judeu fracassou completamente... O clima de perigo, longe de desalentar os judeus, conduzia-os a construir com impetuosa energia as bases materiais do que haveria de ser, com insuspeitada rapidez, o Estado de Israel” (22).

Em maio de 1939 os ingleses publicaram seu Livro Branco sobre a Palestina. Seu principal objetivo era dificultar a entrada de outros judeus a tal ponto que, pesando quase que exclusivamente o aumento vegetativo houvesse sempre uma maioria árabe.

Logo depois dividiram o país em três zonas, tendo em vista uma interrupção do movimento colonizador:

1. — zona de aquisição permitida aos judeus: correspondia à região ocidental, de resto já longamente povoada;
2. — zona de aquisição proibida: área dez vezes superior à primeira;
3. — zona permitida sob condições especiais.

Para poder fazer frente às limitações estabelecidas, os judeus perceberam que teriam de criar novas colônias a fim de tomarem posse de fato das regiões onde era reduzido o número de comunidades. São dessa época de distúrbios os chamados *kibutzim* de torre e muralha: saíam os colonizadores, de madrugada, de alguma outra colônia e montavam, com material pré-fabricado, uma muralha para a defesa e uma torre para servir de vigia. Ao anoitecer tinham de estar prontas e apenas depois é que havia a preocupação de levantar as demais edificações. Foram construídas naquela ocasião cinqüenta e cinco colônias, no vale Beit Shean, no vale do Jordão, na Gali'éia Superior e no Sul da Judéia. Entre os colonizadores figuravam, além de jovens europeus, as primeiras gerações de nativos.

Durante a II Guerra Mundial houve, na Palestina, uma série de modificações que marcaram o período:

- 1) — dificuldade de manter o comércio internacional e a conseqüente modificação no panorama agrícola da Nação — preocupação maior com produtos de subsistência e quase abandono dos de exportação;
- 2) — alistamento de grande número de soldados judeus para combater contra as potências nazi-fascistas, criando o problema de falta de braços para o trabalho;

(22). — Abdel-Kader (A. R.), *Historia del conflicto judeo-árabe*. Buenos-Aires, Editorial Futuro, 1962, p. 115.

3) — a dificuldade de importação de produtos industriais provocou a necessidade de solucionar o problema nos limites do próprio país. Assim, alguns *kibutzim* passaram a ter características industriais. como, por exemplo, Afkim, no vale do Jordão que possui imensa fábrica de compensados;

4) — a permissão de entrada de judeus no período de guerra era de apenas 10.000 anualmente. Durante este mesmo período, judeus eram exterminados em campos nazistas. Embora lutassem contra os alemães ao lado dos ingleses, estes eram extremamente rígidos na cota de imigração fixada. Conta um autor que

“o Governô mandatário recusou a outorga de vistos de entrada a 30.000 (trinta mil) crianças judias alemãs, mortas a seguir nos campos de extermínio... O navio Struma de 200 toneladas, destinado a transportar gado nas costas rumenas trouxe, em fevereiro de 1942, 769 refugiados dos territórios ocupados pelos nazistas; barrado pelos ingleses, foi mandado de volta para afundar-se no Mar Negro” (23);

5) — ao mesmo tempo em que formavam brigadas judaicas para lutar ao seu lado contra os alemães, os ingleses castigavam violentamente toda a desobediência às suas resoluções, na Palestina, numa política de contradições característica do colonialismo. Como represália, organizaram-se grupos terroristas judeus que perduraram até a independência de Israel;

6) — a infiltração de grupos árabes de países vizinhos e a convivência inglesa aos ataques por estes desencadeados contra as colônias judaicas, obrigaria os judeus a se organizarem militarmente para, em 1947, quando a ONU aprovasse a partilha, pudesse garantir aquela pequena faixa de terra pela qual tanto e durante tanto tempo tinham lutado.

6. — A SEXTA ONDA IMIGRATÓRIA.

Em 1947 a ONU aprovou a partilha da Palestina. É claro que para isso influiu a posição dos EUA e URSS visando tornar sua zona de influência, aquela que pertencia à Inglaterra.

Após rechassar tropas invasoras árabes cujas operações, segundo diplomata soviético

“estão destinadas a suprimir o movimento de libertação nacional da Palestina” (24)

(23). — Margulies (Marcos), *op. cit.*, p. 88.

(24). — Arquivo Oficial do Conselho de Segurança. Ano III, 21 de maio de 1948, p. 7, *apud* “Hechos de Israel”, Jerusalém, 1964, p. 18.

o recém-criado Estado de Israel abriu suas portas para os judeus do mundo todo.

“O Estado de Israel estará aberto à imigração de judeus de todos os países da dispersão” (25).

A situação para o imigrante num Estado judeu modificava-se radicalmente em relação àquela de quando a Palestina era governada pelos ingleses. Imediatamente as cotas de imigração limitada foram anuladas, pois o Estado passava a não apenas aceitar como ainda a fomentar a ida de judeus.

A imigração foi tão volumosa nos três primeiros anos posteriores à independência que a população judaica que em maio de 1948 compunha-se de 650.000 pessoas (imigração de 452.000 mais o crescimento vegetativo), em 1951 era reforçada por mais 684.000 pessoas. Assim, em pouco mais de três anos, o aumento populacional foi superior a 100% (26).

Entre 1948 e 1951 o grosso dos imigrantes era constituído por refugiados da Europa Central e Oriental, além do Iraque, Iemen e África do Norte. Estes, considerados orientais, até 1948 existiam em número inexpressivo, mas logo passariam a constituir-se em contingente numéricamente importante, ainda mais por ter a imigração de países ocidentais se tornado mínima após 1951.

Para melhor compreensão, veja-se o quadro seguinte:

Imigração judaica segundo o continente de origem (27):

	América, Europa e Oceania — (%)		África e Ásia (%)		Sem Cidadania	Total
1919 a 14-5-48	385.006	89,6	44.809	10,4	22.283	452.158
15-5-48 a 1951	334.971	50,3	330.456	49,7	18.774	684.201
1952 a 1954	11.187	21,9	39.978	78,1	28	51.193
1955 a 1957	49.630	31,0	110.714	69,0	617	160.961
1958 a 1960	46.503	64,0	25.879	36,0	11	72.393
1960 a 1962	37.357	35,3	68.681	64,7	6	106.044
1948 a 1962	47.648	45,4	575.708	54,6	19.436	1.074.792

A mistura tornou-se muito grande; não havia identidade social, econômica ou cultural. Ao lado de professores universitários europeus vinham analfabetos iemenitas; junto com homens do século XX chegavam pessoas cujo padrão de vida era medieval. Ben Gurion

(25). — Tradução livre de fac-simile da ata da Proclamação da Independência, 1948.

(26). — *Facts about Israel*. Jerusalém, Ministry for Foreign affairs, 1966, p. 54.

(27). — *Id. ibid.*, p. 55.

chega a afirmar que o meio milhão de pessoas que se encontrava na Palestina oferecia mais imagem de povo constituído do que o milhão e meio que vivia no independente Estado de Israel, em 1953 (28).

As soluções tiveram que vir com urgência. Utilizava-se a mão-de-obra dos próprios imigrantes para a construção de suas casas e edifícios necessários ao país. Entre 1948 e 1963 o Ministério do Trabalho e Educação construiu 250.000 residências (29). Novas cidades foram levantadas: Ashdot, Kiriath Shmona, Bat Yam, etc. Lotes de terras entregues àquêles que queriam se dedicar ao trabalho agrícola. Escolas rápidas de ensino de hebraico para moças e rapazes constituía-se num ponto importante de integração cultural. Após acenar com o exemplo dos Estados Unidos que ainda não terminou o processo de fusão dos seus imigrantes e citar os casos da Espanha, França, Inglaterra e outros países que demoraram muitos séculos para que se desse “a fusão de seus grupos numerosos numa unidade nacional”, Ben Gurion afirma que

“o Estado de Israel não pode estender êsse processo por centenas de anos. Tanto o imperativo da reunião das diásporas quanto a reconstrução do país e, num grau maior, a necessidade premente de velar por nossa segurança, nos obrigam a acelerar infinitamente o ritmo dêsse processo” (30).

CONCLUSÃO.

Pretendemos ter conseguido apresentar a colonização judaica não como uma imposição capitalista (pois enquanto tinha êsse aspecto falhou), mas como movimento de libertação nacional característico do nosso século, tanto mais válido quando lembrarmos da importante função catalítica que teve no despertar da consciência nacional dos países árabes do Oriente Médio.

Esperamos outrossim ter mostrado que, a despeito de sempre sonhado e vagamente idealizado, o Estado Judeu pôde tornar-se realidade apenas quando a situação mundial forneceu condições concretas para tanto. Entre o sonho inconseqüente dos que desejavam encontrar-se “o ano vindouro em Jerusalém” e a Nação como realidade palpável, desempenharam papel importante tanto os *pogroms* russos, o caso Dreyfus e o nazismo, como os pioneiros que insistiam em criar para o seu povo uma sociedade justa baseada na exploração da terra.

(28). — Ben Gurion (David), *O Despertar de um Estado*. Rio, Edições Dror, 1957, p. 223

(29). — *Hechos de Israel*, p. 47.

(30). — Ben Gurion, *op. cit.*, p. 241.

*
* *

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.

1. — ABDEL-KADER (A. A.), *Historia del Conflicto judeo-árabe*. Trad. Ana Lia Córdenas. Buenos Aires, Editorial Futuro, 1962.
2. — BAIN (Dr. Alexandre), *A Colonização Agrícola judaica em Eretz-Israel*. São Paulo, Keren Hayessod, 1952.
3. — BEN GURION (David), *O Despertar de um Estado*. Rio, Edit. "Monte Scopus", 1957.
4. — DAVIS (Moshe dir.) (et. alii), *Israel en la Civilizacion Moderna*. Buenos Aires, Edit. Candelabro, 1961.
5. — EHRENBURG (Ilya), *Memórias; vol. I: Infância e Juventude*. Trad. Boris Schnaiderman. Rio, Civilização Brasileira, 1964.
6. — FACTS OF ISRAEL. Jerusalem, Ministry for Foreign Affairs, 1966.
7. — HECHOS DE ISRAEL. Jerusalém, Ministerio de Relaciones Exteriores, 1964.
8. — HERZL (Theodor), *O Estado Judeu*. Trad. David José Pérez. s.l. O.S.U.B., 1947.
9. — MARGULIES (Marcos), *Israel, Estudo sôbre o Nascimento de uma Nação*. Anhembi, São Paulo, ano XI (nº 124): p. 7 a 320, março de 1961.
10. — ORNI (Efraim), *Formas de Colonizacion*. 3a. ed. Jerusalém, Dep. de la Juventud, 1963.
11. — SARTRE (Jean-Paul), *Reflexões sôbre o Racismo*. Trad. J. Guinsburg. 2a. ed. São Paulo, Dif. Européia, 1960.
12. — TSUR (Jacob), *El Sionismo, Movimiento de Liberación Nacional*. Jerusalém, Alfa, 1965.

*
* *

INTERVENÇÕES E RESPOSTAS.

- 1). — *Eurípedes Simões de Paula* (FFCL. da USP.).

Na página inicial o Autor fala que "a grande diáspora judaica começou no ano 70". Houve outras, então?

Resposta:

Sem dúvida. O movimento de dispersão dos judeus pelo mundo é muito anterior ao ano 70: poderíamos mesmo falar da ida de Jacó e seus filhos ao Egito como sendo "diáspora", para não citar outros exemplos. Entretanto, se colocamos o ano 70 como marco é que nessa época (como de resto em 586 a. C. que citamos em nota de rodapé) houve solução de continuidade de um Estado Judeu, politicamente organizado. E ainda mais, até 1948 não houve uma nova unidade política para substituí-lo.

*

2). — Prof. *Ricardo M. Gonçalves* (FFCL. da USP.).

Concordo plenamente com a maneira com que o Prof. Pinsky apresentou a política inglesa face ao conflito árabe-judaico: “dividir para dominar” (p. 363-4 e 368-370). Em relação à Índia notamos a mesma orientação: estímulo às rivalidades entre hindus e muçulmanos que levou, após a Independência, à cisão entre a Índia e o Paquistão.

Existe, entretanto, uma historiografia anglófila que procura justificar a posição britânica apresentando o inglês como mediador, pacificador desses conflitos. Gostaria que o Prof. Pinsky fizesse uma apreciação crítica das posições e argumentos dessa historiografia.

Resposta:

Muito bem lembrado. Poderia citar, como exemplo dessa literatura anglófila um livro recém-editado em português, *História do Oriente Médio*, de George Kirk.

Nessa obra o Autor tem como meta, quase que o tempo todo, justificar a posição inglesa. Daí afirmar que o confronto direto entre judeus e árabes existiu *apesar* dos ingleses tentarem evitá-lo, pois “nem tôdas as nações são igualmente razoáveis” (p. 283). Quando se refere à época da II Guerra Mundial em que judeus eram dizimados nos campos de concentração hitleristas, critica aqueles que tentavam, como última chance de sobrevivência entrar na Palestina. “Tudo o que os judeus viam era que a milhares de irmãos de raça era negado um refúgio na Palestina a fim de salvar-se do terrível drama nazista na Europa” (p. 255). Ora, como os judeus não procuravam entender os superiores interesses do colonialismo inglês, mas apenas e prosaicamente buscavam salvar-se... Por outro lado, Kirk trata os árabes como crianças mal orientadas, visto não terem acolhido seus paternais conselhos.

*

3). — Profa. *Cecília Maria Westphalen* (FFCL. da USP.).

Caracterizada a colonização judaica, no seu trabalho, como movimento de libertação nacional, e, pois, a constituição do Estado de Israel como Estado Nacional, a título de esclarecimento, desejaria saber: pode-se, na atualidade, divisar qualquer fricção “racionalista” entre os jovens de Israel e os judeus que estão fora de Israel (mesmo em relação aqueles que deram grande contribuição, sobretudo financeira, para o estabelecimento do Estado de Israel)? Ou, ainda, como os jovens judeus, de Israel, vêm os judeus de fora?

Resposta:

Desconheço qualquer pesquisa que tenha sido feita para caracterizar qual o pensamento do jovem israeli com relação aos judeus da diáspora, de maneira que poderei, apenas a título de contribuição, externar uma visão mais ou menos pessoal.

O jovem “sabra” sente-se ligado à terra em que vive tanto por uma série de valores que tradicionalmente ligavam o povo judeu a ela, como também — e muitas vezes principalmente — pelo fato de ter lá nascido.

Por outro lado, o jovem israeli cada vez tem maior dificuldade em aceitar o tipo de vida do judeu da diáspora aquêle que “deixou-se matar” na II Grande Guerra. Boa parcela da juventude, a partir disso, acredita que em pouco tempo a palavra *judeu* perderá qualquer conotação. Haverá de um lado o israeli (nascido em Israel e de religião mosaica, muçulmana, cristã ou qualquer outra, ou nenhuma) e, de outro, o francês, alemão, japonês que eventualmente poderá seguir o mosaísmo. A existência de Israel tende a esvaziar o sentido do “judaísmo” da diáspora, embora, é claro, ao prazo de algumas gerações. Nem será razoável crer numa assimilação daqueles que ainda estão traumatizados pelo martírio dos campos de concentração nazistas.

*

4). — Profa. *Maria Alves Portal* (FFCL. de Baurú. SP.).

- a). — Pediria uma explicação melhor do que consta à pág. 572. “A continuar naquele ritmo o imigrante não passaria de uma espécie de *effendi* judeu”.
- b). — Qual o interêsse da Inglaterra em dificultar a entrada dos judeus no período da guerra?

Resposta:

- a). — Minha intenção foi ressaltar que, enquanto proprietário — e apenas proprietário — explorando a mão-de-obra do *felá*, o judeu não teria possibilidade, nem de integrar-se com o proletariado árabe, nem de buscar a resposta às necessidades históricas do seu povo. Identificava-se, antes, com a classe dominante nativa, tornando-se um elemento reacionário em têrmos de luta social árabe e não aceitava a mão-de-obra judaica — o que vinha impedir a luta de libertação nacional do seu próprio povo.

- b). — As dificuldades impostas aos judeus com relação à sua entrada na Palestina, durante o período da II Guerra Mundial, tinham, basicamente o escôpo de, abradando países árabes vizinhos da Palestina, impedir que êstes abandonassem sua neutralidade e passassem a apoiar as potências do Eixo.

*

5). — Profa. *Heloisa Corso* (RGS.).

- a). — De onde vinham, principalmente, os componentes da Terceira Onda Migratória?
- b). — Como se realizava esta “preparação agrícola” a que o Autor se refere na pág. 576, uma vez que em alguns países da Europa Oriental, os judeus não tinham direito à propriedade agrária.
- c). — Êsse treinamento agrícola seria feito em organizações do tipo das colônias (*kibutzim*) que se formaram mais tarde em Israel?
- d). — Se for assim, os govêrnos permitiam a organização de tais centros?
- e). — Como o Sionismo era aceito pelas populações locais (poloneses, russos, lituanos, etc.)?

Resposta:

Procurarei responder às questões na ordem em que foram feitas.

- a). — Como afirmo em meu trabalho (pág. 576) esta “onda migratória” constituiu-se, praticamente, em continuação da segunda. Assim, também seus componentes vieram, em sua esmagadora maioria, de países da Europa Oriental.
- b). — Embora houvesse dificuldades para os judeus conseguirem chegar a proprietários de terras, inúmeros eram arrendatários.
- c). — O treinamento tinha, naquela época, menos a intenção de colocá-los diante de um *kibutz* de treinamento do que de aproximá-los da terra. Não esquecer que grande número deles era constituído por jovens da cidade, porisso mesmo mais conscientizados, mas também, inteiramente desligados do trabalho agrícola.
- d). — Embora a resposta à questão anterior prejudique em parte esta, tenho a esclarecer que nem sempre era pe-

dida a permissão do govêrno. Os jovens operavam como se fôsem empregados comuns.

- e). — A pergunta envolve uma série de implicações o que impede de respondê-la no tempo que disponho. Entretanto, apenas como ponto de referência, não esquecer que a emigração judaica dos países da Europa Oriental para a América era numêricamente muito superior que aquela para a Palestina, no período em questão.

*

6). — Profa. *Josephina Chaia* (FFCL. de Marília. SP.).

- a). — Apreciamos o trabalho do Prof. Jaime. Só estranhamos a citação de apenas um livro de Autor não judeu: Abdel-Kader.
- b). — Perguntamos se o Prof. poderia comentar a situação do refugiado árabe.
- c). — E se conhece a respeito o diálogo entre o historiador Arnold Toynbee e o Embaixador de Israel.

Resposta:

Pela ordem.

- a). — A não ser que a Profa. aceite as “pesquisas” de Peyrefitte, há de concordar comigo que pelo menos mais um Autor citado não é judeu: Jean-Paul Sartre. Além de que, meu modesto trabalho, condicionado inclusive pela limitação em têrmos de páginas, nunca teve a intenção de esgotar a bibliografia, mas apenas de sistematizar uma série de conhecimentos e apresentá-los para debate.
- b). — Comentar a situação dos refugiados em menos de um minutos, seria um crime quase tão grande quanto as “razões políticas” que dificultam sua absorção e os incita a ações, fruto do desespero. Nisso, parece-me, o pecado menor é de árabes e judeus, simples peões no tabuleiro dos imperialismos expansionistas.
- c). — Diálogo de Toynbee com o Embaixador de Israel onde? Não, não conheço.

*

- 7). — Pe. *Sebastião Romano Machado* (FFCL. de Franca. SP.).
- a). — A primeira corrente emigratória dos judeus não teria mais em vista um idealismo rico em colorido do que um sentimento romântico?
 - b). — O sionismo é um fenômeno de sentido vertical ou apenas horizontal?
 - c). — O expurgo realizado na Rússia, por ordem de Stalin, não teria contribuído também para a emigração em demanda da Palestina?
 - d). — O antagonismo árabe-judaico teria apenas razões sócio-econômicas ou também religiosas?

Resposta:

Respondendo pela ordem.

- a). — Parece-me que se o Prof. ler com atenção a seqüência da pág. 570 perceberá não haver discordância entre a sua questão e minhas afirmações.
- b). — Não me parece ter feito, no meu trabalho, afirmações de que o movimento sionista tinha empolgado todo o judaísmo. Os orientais, por exemplo, nem chegaram a ter consciência dele antes da década de 40. Quanto à verticalidade, pretendo tê-la deixado bem claro no meu trabalho.
- c). — Não. As dificuldades para a saída de judeus da Rússia são muito grandes e já o eram na época de Stalin.
- d). — Há que não confundir razões com mistificações. Pretendo ter apresentado as primeiras no meu trabalho; por outro lado há a ação mistificadora da classe dominante árabe, aliada ao imperialismo inglês, com relação ao explorado *felá*, no sentido dêste levantar se para a “Guerra Santa”.

*

8). — Prof. *Carl Laga* (FFCL. de Marília. SP.).

- a). — Prende-se esta minha pergunta à *motivação* da imigração de judeus na Palestina.

De um lado, o Sionismo não é, na mentalidade dos líderes Sionistas, um movimento religioso: querem uma terra para lavrar, um lar para morar, não somente uma *certeza* de que seus restos serão sepultados perto dos lugares santos.

De outro lado, parece-me inegável que essa motivação religiosa é uma das grandes responsáveis pelo êxito do Sionismo entre as massas. Prova disto, eu vejo no fato de os judeus da Europa Oriental recusarem oferta feita pelo govêrno britânico de providenciar um lar comum na África Oriental “O Ano vindouro em Jerusalém” é o fim de uma oração.

Duas observações me ocorrem agora

- a). — Houve outros “êxodos” (imigração com motivação religiosa). Não tem o alcance da considerada hoje mas talvez valesse a pena uma comparação sôbre a duplicidade de motivação então.
- b). — Sempre que leio a respeito me pergunto se ela não deverá prejudicar um dia a própria obra da colonização:

Conforme a fase considerada

- ou Israel representa uma concretização de força religiosa e aí terá de aparecer como um Estado-Igreja (modelo: Cristandade Medieval...) de cunho teológico.
- ou Israel perde essa característica e então, especialmente ante o mundo árabe, que se aglomera ainda (na consciência árabe) em têrmo da fidelidade ao Islão, Israel fatalmente deve afigurar-se como uma simples penetração da tecnologia ocidental imperialista.

Resposta:

Pela ordem

- a). — Sendo a História comparada antes uma técnica didática que um método de pesquisa histórica, evitei estruturar meu trabalho com base nela.
- b). — Sua segunda questão está muito bem colocada. Mas, particularmente, não acredito em apenas essas duas opções: estado teológico ou imperialismo tecnológico. Acho muito possível, se as chamadas super-potências não atrapalharem, uma integração muito grande entre Israel e seus vizinhos. O jovem judeu — e na resposta à Profa. Cecília Westphalen explicito isto — não aceita um estado teológico como por outro lado, se as condições políticas não o impedirem, tenderá a procurar o lugar de Israel como nação do Oriente Médio. No espaço e no tempo.

*

9). — Profa. *Stella Ribeiro Maya* (RGS.).

Quando Theodor Herzl foi despertado para o problema judaico, logo após o caso Dreyfus, quis criar um Estado sobre novas bases idealistas, religiosas, se assim o quizermos, porém distintas das dos Estados europeus. Assim, Hans Kohir em seu estudo *Israel e o problema de Sião* mostra que êste espírito foi quebrado e considerando que foi êle que os manteve unidos durante séculos apesar dos contínuos *pogroms*, muitos rabinos e escritores judeus da Europa, repudiavam o Estado de Israel atual por ter disvirtuado os objetivos. Como vejo por seu estudo que a bibliografia usada é quase exclusivamente judaica, pergunto como é encarado o problema pelos historiadores judeus de Israel?

Resposta:

Sua questão — à qual faria algumas reservas quanto à formulação — parece-me prejudicada pelas respostas apresentadas às dúvidas da Profa. Cecília e Pe. Dr. Laga.

*

10). — Profa. *Vilma Monteiro*.

Congratulo-me com V. S. pela atualidade do tema abordado em trabalho escrito que li com grande interêsse. Êste tema tem me obrigado a várias leituras pela significação que nele encontro na História Contemporânea.

Gostaria de saber, porém, como conseguiram os judeus da quarta onda imigratória aquêle treinamento científico que V. S. cita à p. 366. Eu sei que êle existiu e longe de mim obstar sua afirmação. Desejaria apenas saber a fonte.

Resposta:

Como afirmo na página anterior à citada pela professora (pág. 577) a situação econômica na Palestina já era bastante boa, em termos de economia. E na página 576 cito a Organização Sionista funcionando em pról da consolidação do empreendimento.